

EDUCAÇÃO EM CEARÁ-MIRIM: UMA TRAJETÓRIA HISTÓRICA

EDUCATION IN CEARÁ-MIRIM: A HISTORICAL TRAJECTORY

EDUCACIÓN EN CEARÁ-MIRIM: UNA TRAYECTORIA HISTÓRICA

Iury Gabriel Amorim de Araújo¹
Maria Inês Sucupira Stamatto²

Resumo: O presente artigo tem como objetivo apresentar o processo de organização da educação pública na região do município de Ceará-Mirim, estado do Rio Grande do Norte. Para tanto, utilizou-se como metodologia a revisão bibliográfica de obras dos seguintes autores: Alves (2008), Cascudo (1984), Senna (1974) e Moreira (1997). Considerou-se a Lei Orgânica do Ensino Primário de 1956. E realizou-se também estudo iconográfico, conforme as orientações de Stamatto (2009). Assim, o trabalho apresenta a trajetória local de iniciativas e instalação de instituições escolares no período entre a Colônia ao início da Primeira República.

Palavras-chave: História da Educação. Instituições Escolares. Educação em Ceará-Mirim.

Abstract: This article aims to present the process of organization of public education in the region of the municipality of Ceará-Mirim, state of Rio Grande do Norte. To reach this goal, it has been used as methodology the bibliographic review of works by authors like Alves (2008), Cascudo (1984), Senna (1974) and Moreira (1997). It has been considered the Organic Law of Primary Education of 1956. Yet, an iconographic study was carried out, according to the guidelines of Stamatto (2009). Thereby, the article presents the local trajectory of initiatives and installation of school institutions in the period between the Colony to the beginning of the First Republic.

Keywords: History of Education. Educational Institutions. Education in Ceará-Mirim.

Resumen: El presente artículo tiene como objetivo presentar el proceso de organización de la educación pública en la región del municipio de Ceará-Mirim, estado de Rio Grande do Norte. Para ello, se utilizó como metodología la revisión bibliográfica de obras de los siguientes autores: Alves (2008), Cascudo (1984), Senna (1974) y Moreira (1997). Se consideró la Ley Orgánica de Educación Primaria de 1956. También se llevó a cabo un estudio iconográfico, de acuerdo con los lineamientos de Stamatto (2009). De este modo, el artículo presenta la trayectoria local de iniciativas e la instalación de instituciones escolares en el período comprendido entre la Colonia y el comienzo de la Primera República.

Palabras clave: Historia de la Educación. Instituciones Educativas. Educación en Ceará-Mirim.

Envio 09/02/2018

Revisão 09/03/2018

Aceite 25/05/2018

¹ Graduando em Pedagogia, bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/UFRN). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: iurygabriel@ufrn.edu.br.

² Doutora em História. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: stamattoines@gmail.com.

Introdução

Ceará-Mirim, município que compõe a atual região da Grande Natal, se constituiu num constante processo de disputa política, econômica e territorial, com gênese ainda no período colonial, principalmente com a instalação de fazendas e vila. No ano de 1857 passa à condição de sede municipal de um amplo território, que compreendia inclusive o distrito de Extremoz, antiga sede municipal. Alteração essa ocasionada justificando-se pela crescente atividade econômica no vale de Ceará-Mirim, caracterizada pela instalação de engenhos e grande produção açucareira.

Estudando este cenário e sua trajetória até o início da república, com ênfase nos aspectos educacionais, detectou-se durante as investigações desenvolvidas que nesse município várias instituições escolares em diferentes configurações foram instaladas, em acordo com formatos típicos de cada período. Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo apresentar o processo de organização da educação pública na região do município de Ceará-Mirim durante os períodos políticos da história do Brasil delineando-se pela trajetória de instalação de instituições escolares.

Para tanto, utilizou-se como metodologia a revisão bibliográfica de obras dos seguintes autores: Alves (2008), Araújo (1979) Câmara Cascudo (1984), Júlio Senna (1974, v.1; 1974, v.2), Moreira (2005), Stamatto (1996), para compreender o cenário educacional regional e local nos diferentes períodos e identificar as instalações desse tipo de instituição, sua localização e público atendido. Considerou-se a Resolução nº 27, de 5 de novembro de 1836. E realizou-se também estudo iconográfico à luz de alguns dos aspectos elencados em Stamatto (2009), percebendo a fotografia como possibilidade de fonte para o estudo histórico das instituições escolares.

O trabalho inicia-se então com um breve histórico do município, identificando nas suas dimensões territoriais o processo de instauração das formas de acesso à educação escolar entre os períodos Colonial e Imperial. Por seguinte, se estende ao início da República apresentando o Grupo Escolar Felipe Camarão e demais instituições instauradas nesse período, até o ano de 1945. Portanto, atendendo à dimensão da compreensão das iniciativas e desenvolvimento de instituições e práticas de educação pública na região em meio aos cenários sociopolítico de cada

época. Assim, a pesquisa no projeto de pesquisa "A Educação na UFRN e no RN: história e preservação da memória", esse integrado ao Laboratório de História e Memória da Educação do Centro de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, buscou contribuir para a história da educação no Brasil, em especial no Estado do Rio Grande do Norte.

Um breve histórico da constituição do Município de Ceará-Mirim (da Colônia ao Império).

No território que compreendeu Ceará-Mirim, em sua trajetória, diferentes configurações na organização de instrução pública foram instauradas. Por esse motivo, compreende-se de suma importância a contextualização e percepção do cenário social e político em que se encontrava a região para que se perceba de que forma ocorreu o processo de desenvolvimento da educação pública. Esses formatos de funcionamento da educação em consonância com a organização política vigente nos diferentes períodos da história do Brasil, após o início do processo de colonização.

Fortemente marcado pelo processo de ocupação e instalação da cultura europeia na região, principalmente pelos povos portugueses, franceses e holandeses, percebemos as primeiras formas de instrução pública na região na qual Ceará-Mirim se situava, já no período colonial. Sobre os europeus e suas interferências na região, conforme Senna (1974, v.1), os franceses foram os primeiros a explorar a região com convivência entre 1501 a 1599, trouxeram seu gado, dentre outros elementos para a região, levando de volta plantas, peles de animais, toras de pau-brasil e outros elementos nativos. Dos franceses com nativas ocorreram 50 casamentos, e o relato do autor é de uma convivência pacífica entre esses povos.

Esses foram seguidos dos portugueses apenas em 1599, mas que consolidam sua ocupação apenas entre 1654 a 1822. No Guagiru, pelos portugueses foram concedidas 22 sesmarias às margens do rio Ceará-Mirim (CASCUDO, 1953 *apud* SENNA, 1974, v.1), que para o trabalho na agricultura e pastoreio utilizaram-se da mão de obra indígena e africana escravizada. Destaca-se entre essas sesmarias a Tijuru, onde às margens da Lagoa de Guagiru instala-se um povoamento de mesmo nome da lagoa. Neste foram alojados os indígenas submetidos, mas, ainda eram presentes confrontos entre os nativos indígenas e portugueses pela

terra. Mais tarde o povoamento é aproveitado pelos jesuítas “[...] para a fundação de uma aldeia-modelo, dirigida pelo Padre espanhol GASPAR DE SAMPERES e auxiliado pelos seus irmãos [...]” (SENNA, 1975, v.1, p. 371). Uma curiosidade é que esse mesmo jesuíta “[...] era arquiteto e projetou o Forte dos REIS MAGOS, em NATAL.” (*Id. Ibid* p. 371).

Durante o período colonial, a região que atualmente compreende Ceará-Mirim e Extremoz eram intrínsecas, vez que ainda não existia sua divisão política. E num fragmento de toda essa região foi criado o aldeamento de *Guagiru*, que foi palco de uma Escola de Primeiras Letras, mais precisamente onde atualmente está situado o município de Extremoz. Portanto, a primeira forma de instrução mais próxima do posterior território de Ceará-Mirim, e em zona próxima da ribeira do rio de mesmo nome. Conforme Senna (1974, v.2, p. 105) o aldeamento de *Guagiru* ou Aldeia-Educandário de Guagiru, sob direção dos Padres Jesuítas, entre 1603 a 1759, alcançou o quantitativo de 1.429 habitantes, entre esses, 04 dirigentes jesuítas, 319 casais, 765 moças e rapazes solteiros, 15 escravos negros da Guiné e 7 pobres. Desses, 147 rapazes na escola, 64 moças aprendendo a coser, tecer e fiar e 08 rapazes aprendendo ofícios como sapateiro, ferreiro, funileiro, pedreiro, padeiro, etc. Além da educação para exercício desses ofícios, o autor ainda menciona que no aldeamento os jesuítas desenvolviam atividades de assistência hospitalar e social, alfabetização e aos domingos realizavam festejos e reuniões familiares, que também eram desenvolvidas em dias santificados. Essa aldeia destacou-se frente das demais pelo seu progresso, com criação de gado e produção de milho e farinha.

Conforme Senna (1974, v.1) com a chegada dos jesuítas houve o Estabelecimento da Freguesia São Miguel do Guagiru e um processo de catequização que, como aponta o autor, colaborou para evitar a resistência indígena, que poderia ser fatal. Sob administração jesuítica do padre Gaspar da Silva, a partir de 1614, aquele “Santuário-Colônia” se desenvolveu a ponto de se iniciar a construção de hospital, igreja e casa paroquial, um conjunto para abrigar os indígenas, uma praça, além de uma casa de farinha e dois currais.

Durante o 17^a mandatário da Capitania do Rio Grande, de Antônio Vaz Gondim, iniciado em 1654, a Ribeira do rio Ceará-Mirim foi dividida em dois distritos de Natal, denominados de “Ceará-Mirim de Cima” e “Ceará-Mirim de Baixo” (SENNA, 1974, v.1). Mesmo com o nome, a cidade ainda não existia, e seu rio principal nomeado pelos povos indígenas de Baquipe, que significa “rio pequeno” (*Id. Ibid* p. 402).

Porém, a administração jesuíta não satisfaz o Reino de Portugal, que exigia maior rigor quanto ao tratamento com indígenas no povoamento e que desejava posse total da terra, que ainda encontrava-se com parcela sob domínio de povos indígenas (CASCUDO, 1984). Para isso, recorreu-se a estratégia de transformar a Freguesia de São Miguel do Guagiru em um município de Natal, visto que seria laico, o que conforme Senna (1974, v.1) seria ainda uma estratégia para acabar com o que se considerava como um "perigo" próximo a Natal.

Sobre a ocasião, Senna (1974, v.1) afirma que a terra, por declaração do desembargador Bernardo Coelho da Gama Casco, sob autorização do rei de Portugal, passa a ser instalado o Município e Freguesia de Villa Nova de São Miguel de Estremoz do Norte, a junho de 1755. Porém, quatro anos depois, a instalação da Villa ainda não ocorrera, o que o autor relaciona à resistência dos jesuítas e a carência de materiais para sua transformação. Inicia-se, então um forte processo para expulsão dos jesuítas, com a proibição da sua administração e com a proibição das suas atividades no Guagiru, consolidado em setembro de 1759 pela lei datada a este mesmo ano pelo então 1º Ministro de Portugal - futuro marquês de Pombal:

51

FAÇO saber que havendo sido infatigáveis a constantíssima benignidade, a Religiosíssima Clemência, com que desde o tempo em que as operações que se praticaram para a execução do Tratado de Limites das Conquista; sobre as informações, e provas mais puras e autênticas; e sobre a evidência dos fatos mais notórios, não menos do que três exércitos; procurarei aplicar todos quantos meios, a prudência, e a moderação podiam sugerir, para que o Governo dos Regulares da Companhia denominada de JESU, das Províncias deste reino e seus domínios, se apartasse do temerário e façanhoso projeto, com que havia intentado e clandestinamente prosseguido a usurpação de todo Estado do Brasill. (MENDONÇA, 1960 *apud* SENNA, 1974, v.1 , p.415).

Assim, é consolidada, em documentação e em prática, visto principalmente a expulsão daqueles sujeitos sem apresentar maiores evidências de continuidade, o fim da administração jesuíta, a Villa é fisicamente instalada a partir de 1760.

Mudanças mais significativas quanto a organização política na região, vão ocorrer apenas no período Imperial. Nesta fase, a sede municipal é transferida para a conhecida “Boca da Mata”, na recém-criada Vila do Ceará-Mirim, no ano de 1858, conforme Senna (1974, v.1),

tomando como base a Lei Provincial nº 370, de 30 de agosto daquele ano. Tal alteração decorrente de razões econômicas, como o desenvolvimento das atividades de produção açucareira, produção de cereais e extração de madeira. Na “Boca da Mata” ou Coité – nome que recebera antes da elevação à Vila – já se encontravam, desde 1843, fazendas e engenhos, tais como Engenho Carnaubal e Engenho Purão do Norte, dos senhores Antônio Bento Viana e Manoel Leopoldo Raposo Câmara, respectivamente (*Id. Ibid* p.454). Conforme este mesmo autor, o que originou o centro do atual município foi o comércio entre as estradas que cruzavam a região, que posteriormente se expandiram para uma pequena feira, onde no mesmo local instalou-se um monumento. O autor ainda menciona que uma série de fatos ocorreram concomitantemente ao desenvolvimento da Vila e do desenvolvimento agropecuário da região, como a primeira reunião na Câmara de Ceará-Mirim (em 14 de outubro de 1858) – ano em que também é iniciada a construção da Igreja Matriz –, Inauguração do Mercado Municipal (em dezembro de 1881), o que ocasionou a mudança da feira para seu entorno. Elementos arquitetônicos e culturais esses que até os dias atuais podem ser detectados, como engenhos e o monumento Santa Cruz, o Mercado Municipal e a feira do centro da cidade. Alguns prédios preservados, outros em ruínas. Percebe-se então, a constante ligação entre o crescimento da região com a sua atividade de produção econômica no Império, principalmente com foco no centro do município.

52

Antes da transferência da sede, já se encontrava na Vila do Ceará-Mirim, desde 1854 (pela lei de 28 de julho de 1854) uma Escola Primária Masculina (SENNA, 1974, v.2, p.105). A essa escola frequentavam 25 sujeitos, sendo ela a segunda escola primária instalada na região (NOBRE, 1877 *apud* SENNA, 1974, v.2, p.105). Percebemos então sua criação após o regulamento da Resolução nº 27, de 5 de novembro de 1836, que cria o estatuto para as aulas de primeiras letras da província, que ordenava a separação entre meninos e meninas, inclusive através de horários de aula.

Na ocasião da transferência da sede, a Vila de Estremoz passa a condição de distrito, como permanece até 1963 (SENNA, 1974, v.1 p. 460). Nesta, já criada na forma da “Lei Geral” de 15 de outubro de 1827 a primeira escola primária instalada na região, em outubro de 1829 (ARAÚJO, 1979). Sendo que pouco mais que meia década depois, em 1832, é estabelecido o ordenado de 250\$00 réis ao seu professor, (SENNA, 1974, v.2), ou seja, de acordo com o estudo

realizado, esta foi primeiro vestígio de remuneração docente regimentada identificada na região naquele no período.

Pela Lei de 14 de abril de 1859, são criadas mais duas escolas primárias, uma no então distrito e outra na sede municipal, nessa segunda uma Escola Feminina (*Id. Ibid*). A com essa criação, o autor cita o acréscimo de 32 frequências na região da “Boca da Mata”. Pelos dados expostos por Araújo (1979, p.36), a escola masculina apresentava o quantitativo de 51 alunos, enquanto na feminina o quantitativo era de 40 alunas. Já percebemos aqui o crescimento dessas escolas, características do período Imperial, as “casas de ensino”. Ou seja, a partir de novo modelo de instrução pública, conhecido como aulas régias, referente ao ensino primário nas formas da lei de 1836, em que o professor mantinha em sua residência sua cadeira. A essa ótica, percebemos que a região se encontrava tal como a Província, em relação ao atendimento educacional de meninos e meninas, com maior número de atendimento destinado a meninos. Stamatto (1996), constata que entre 1835 a 1889, mais de 80% das escolas primárias públicas na província eram masculinas. Sendo que, gradativamente, o atendimento a meninas foi crescendo nas décadas posteriores.

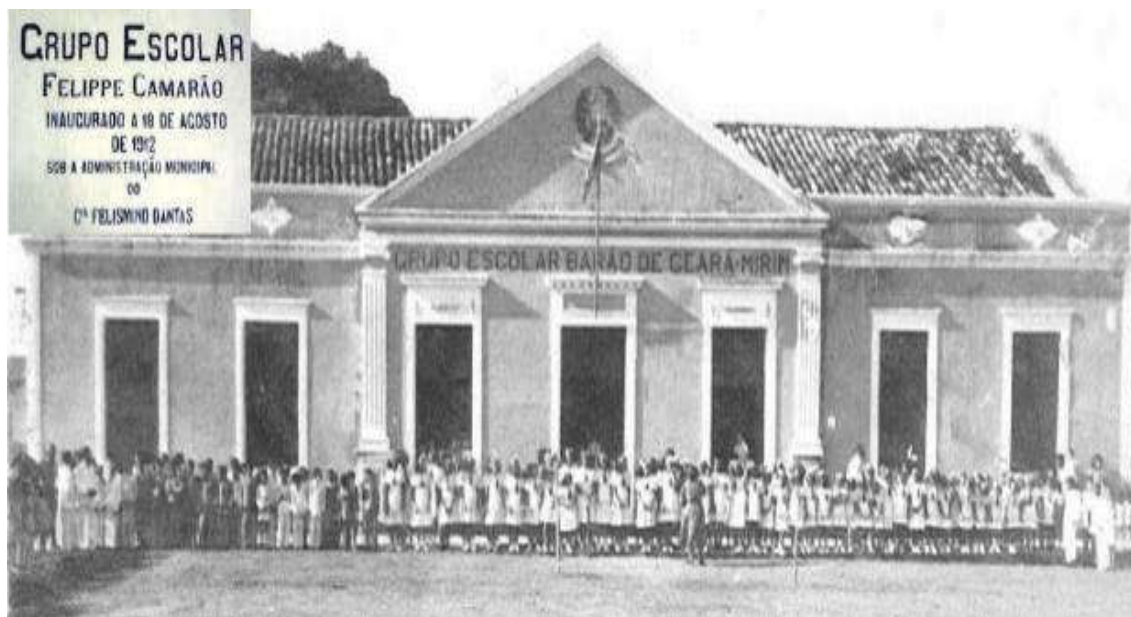
53

Em meados de 1882 a Vila de Ceará-Mirim é elevada à categoria de Cidade. Sendo que apenas em 1963 que Extremoz desmembra-se dela. Ainda acerca do período Imperial, encontramos escritos de Senna (1974, v.2) e Cascudo (1984) que apontam para a criação de instituições escolares na cidade. São essas, conforme Senna (1974, v.2): Em 1878 o Ateneu Ceará-Mirinese – que funcionou até o ano de 1909 – e o Colégio São Miguel, “[...] fundado e dirigido pelo francês Louis Carloman Capdeville” (p. 106). Em 1884 o Colégio São Francisco de Sales – este funcionou durante um curto período de 4 anos. E em 1885 identificamos a instalação de uma escola noturna mantida pelo “Popular Instituto Literário”, sob orientação do Dr. Meira e Sá.

A educação em Ceará-Mirim no início da República: um elemento de legitimação.

Após essas fundações de cadeiras e instituições, vamos ter vestígios da criação de mais instituições formais de ensino apenas no período Republicano, com a criação de um modelo típico do período no município, o Grupo Escolar Felipe Camarão, em 1912, pelo Estado do Rio Grande do Norte, sob a direção do professor Bernardino Dantas (SENNA, 1974, v.2).

Fotografia 01 – Placa e edifício do Grupo Escolar de Ceará-Mirim



54

Fonte < <http://escolabaraocm.blogspot.com.br/>>.

O edifício do Grupo Escolar do Município de Ceará-Mirim. Na imagem estão dispostas a Placa do Grupo Escolar Felipe Camarão, inaugurado em 1912. E na fotografia de fundo, estão os alunos e alunas frente ao prédio onde funcionou o Grupo Escolar Felipe Camarão, mas na ocasião já ocorrera a sua alteração quanto ao nome, para Grupo Escolar Barão de Ceará-Mirim.

Esse Grupo Escolar passou a funcionar no prédio do antigo Ateneu Ceará-Mirinense, edifício que foi doado pelo Barão de Ceará-Mirim (SENNA, 1974, v.2). Título esse que o Coronel da Guarda Nacional Manoel Varela do Nascimento recebeu pelo seu feito em prol da instrução pública. Mais tarde, sofrera alteração em seu nome para Grupo Escolar Barão de Ceará-Mirim, que permaneceu funcionando na mesma edificação. Para Alves (2008), desse grupo escola originou-se a Escola Estadual Barão de Ceará-Mirim. Conforme publicação realizada pela Escola Estadual Barão de Ceará-mirim (2011), durante a década de 1950 uma nova estrutura foi construída nas proximidades para que ocorresse a transferência da instituição, período este em que a escola sofreu a alteração – de Grupo Escolar para Escola Estadual. Seu prédio de origem foi demolido no ano de 1960 (MOREIRA, 2005).

Fotografia 02 – Largo da Matriz em Ceará-Mirim/RN.



Fonte: ALVES, Gibson Machado. **Ceará-Mirim Memória Iconográfica**. Ceará-Mirim: Prefeitura Municipal de Ceará-Mirim, 2008, p.21.
Espaço onde se localizava o edifício do Grupo Escolar Felipe Camarão. Na fotografia, disposto na forma horizontal ao fundo da imagem.

55

Considerando então a afirmação de Stamatto (2009, p.132) de que "De fato, podemos obter informações de diversos tipos a partir de uma imagem fotográfica", observamos mais alguns aspectos desta instituição. Conforme podemos analisar na fotografia 02, e considerando também a bibliografia estudada, identificamos que o edifício que sediou as duas instituições – o "Ateneu Cearamirinese" e o Grupo Escolar –, encontrava-se às margens do Largo da Matriz, localizado no Centro do Município.

Na fotografia disponibilizada pela E. E. Barão de Ceará-Mirim (Fotografia 01), detectamos a presença de mais de 50 alunos na instituição. Que o edifício foi construído em estilo neoclássico, possuía acima da sua porta central um mastro, onde se hasteava o pavilhão nacional, e logo ao topo de sua fachada estava representado o Brasão da República Federativa do Brasil. Na sua estrutura percebia-se a presença de apenas uma entrada e em cada lado da porta situava-se 3 grandes janelões.

Ao analisar a fotografia, é possível identificar que no Grupo Escolar se exigia um padrão de apresentação dos seus alunos, quanto a sua vestimenta. Calçados fechados, uso de meias brancas, para ambos os sexos. Vestido branco para as meninas, cobrindo seus ombros e de cumprimento à altura do joelho. E para os meninos é possível identificar dois tipos de vestes, calça e camisa branca, ou bermuda de tonalidade escura, aparentemente preto (o que não ficam evidentes na imagem visto a sua qualidade) e camisa branca, ambas as situações camisas de mangas longas.

Conforme os escritos de Senna (1974, v.2) podemos identificar ainda alguns elementos acerca dessa instituição. Nela lecionava-se o curso primário. Foi dirigido pelo professor Aprígio Câmara (a partir de 1920) o que indica uma mudança de diretor do grupo em relação à sua instalação, em 1912. Naquele mesmo ano e dentre seus alunos, estava um dos vultos – assim considerado pelo autor – da cidade de Ceará-Mirim, o futuro Bacharel em Direito Edgar Ferreira Barbosa, atualmente patrono de uma instituição escolar no município.

Tais características do grupo Escolar Felipe Camarão não se dão por acaso. O modelo de Educação organizada em Grupos Escolares, e característico e exclusivo do período que corresponde ao início da república, “[...] união de escolas, sob um plano uniforme de direção comum” (ARAÚJO, 1979, p.122). Considerado como um método moderno de instrução pública, visando o desenvolvimento integral do estudante, exigia determinados critérios para o ingresso de seus alunos, como idade e questões de saúde e disciplina. Modelo esse iniciado no Rio Grande do Norte com a criação do Grupo Escolar Augusto Severo, em Natal no ano de 1908, seguido de outros, em que o estado criava por meio de decretos o grupo no município, que dividia responsabilidades para sua manutenção (ARAÚJO, 1979)

As primeiras décadas do período republicano demonstraram-se repletas de processos de instalação de instituições de educação. Em estudo realizado por Júlio Senna (1974, v.2) detectou-se a presença de diversas escolas, distribuídas entre as zonas urbana e rural. Claro que, embora a grande quantidade, em relação às dimensões do município ainda eram insuficientes para que todos os povoamentos tivessem possibilidades de realizar matrículas. Conforme o autor, entre os anos de 1912 a 1922 instalaram-se além do Grupo Escolar Felipe Camarão mais 14 meios de acesso à escolarização, dentre elas de forma gratuita e particulares, noturnas e diurnas:

Fundação do Colégio Rui Barbosa (no ano de 1914), tendo como diretor Cônego Amânico Ramalho e posteriormente o Dr. Lemos Filho.

No ano de 1916, além de 2 escolas isoladas estaduais já presentes no município, detectou-se que foram instaladas pelo então Presidente da Intendência Municipal Pedro Vasconcelos Sobrinho 4 escolas primárias, dentre essas uma no distrito de Capela. E também instalou-se a Escola Noturna Augusto Meira, destinada à educação primária de meninos pobres da cidade, sendo dirigida por Júlio Gomes de Senna, tal escola criada pelo “Ceará-Mirim *Football Club*”.

No ano de 1918 outras formas de acesso à educação, também no turno noturno foram instalados. Foram a Escola Noturna do Centro Artístico e Operário do Ceará-Mirim, com o diretor Professor Antônio Ferreira da Silva. E o curso noturno gratuito Uldárico Cavalcanti, também sob a direção de Júlio Senna, curso esse criado pelo Grêmio Literário H. Bandeira.

No ano de 1919 é instalada mais uma escola primária na cidade, esta destinada a meninas, a qual tomou a denominação de Escola da Sagrada Família, criada pela senhorita Dolores Cavalcanti. Neste mesmo ano o Dr. Manoel Varela cria mais duas escolas primárias, ambas na zona rural.

A igreja católica também teve sua participação da instalação dessas escolas. Em 1921 o Padre Pedro Duarte cria a Escola Paroquial Noturna, qual também fica sob direção de Júlio Senna, “Nessa escola se ensinava geografia, português, história e aritmética. Era subvencionada pela Prefeitura e funcionava no prédio anexo à Matriz. Sua matrícula era de 100 alunos.” (SENNA, 1974, v.2).

No ano de 1922 é fundado pelo Professor Ezequiel de Souza o Colégio Pedro II. E em 1937 “[...] as Freiras da Congregação Franciscana de N. S. do Bom Conselho instalam o ‘Colégio Santa Águeda’, para meninas, possuindo cursos primário e normal” (*Id. Ibid p.107*).

Esses quantitativos foram oscilando no decorrer dos anos. Anfilóquio (1942 *apud* SENNA 1974, v.2) cita que em 1941 haviam em Ceará-Mirim 27 escolas, totalizando 1.963 alunos matriculados. E no ano seguinte 32 escolas, “[...] sendo 19 estaduais, 3 municipais e 10 particulares, difundidas por 22 povoações e a sede” (*Id. Ibid*). Tais números continuam oscilando nos anos seguintes, para mais e para menos.

Com tamanha dimensão, o município de Ceará-Mirim se constituiu um desafio em relação ao atendimento de sua população quanto a escolarização, principalmente em relação à população rural, vez que com grande número de sujeitos devido a grande zona rural produtiva do município, onde residiam um significativo quantitativo de famílias subsistentes da agropecuária e trabalho nas fazendas da região. Senna (1974, v.2, p. 108) apresenta que em 1941 essa população era superior a 17 mil habitantes, apresentava 27 escolas totalizando 1.963 matrículas. Essa quantidade de escolas é alterada apenas no ano seguinte, com acréscimo de mais 5 escolas, mas que retorna aos 27 em 1945, quando atende um menor quantitativo, totalizando 1.650 matriculados. Neste cenário, o número de habitantes cresce, totalizando na zona rural 20. 647 habitantes, 27 escolas e apenas 1.711 matrículas. Senna (*Ibid*, p.108) afirma: “[...] concluímos pela existência de 245 povoações municipais sem instruções. É que das 267 povoações, apenas 22 foram contempladas em 1942”.

Na sede da cidade, 5 escolas apenas são mantidas pela prefeitura, número esse que diminui para 3 no ano seguinte (SENNA, 1974, v.2). Além disso “A Prefeitura Municipal mantinha uma pequena biblioteca com 1.258 volumes. Não dispõe, entretanto de uma sala condigna para o seu funcionamento” afirma Senna (*Id. Ibid*, p.110).

Detecta-se então a insuficiência na oferta da educação aos povoamentos da zona rural. Seus habitantes, em maioria, não possuíam acesso à educação, num município que apresentara enormes proporções e desenvolvimento econômico. É possível estimar que esse acesso ocorria de forma mais acessível para aqueles que dispunham de condições financeiras suficientes para arcar com as despesas exigidas pelos padrões escolares, muito provavelmente aos que dispunham de situação socioeconômica que lhes permitia dar prosseguimento nas posteriores etapas da educação.

Não podemos deixar de evidenciar, porém, alguns aspectos como a frequências de mulheres na escola e certa mobilização de instituições, como clubes e igreja, e de indivíduos da localidade com maior grau de formação escolar e acadêmica para proporcionar possibilidade de acesso à educação aos menos favorecidos economicamente, mesmo que em turno noturno.

Considerações

Através desse estudo foi possível perceber a educação numa perspectiva histórica intrinsecamente relacionada aos momentos social, político, econômico nos quais o município de Ceará-Mirim se construiu, da sua gênese ao início do período republicano. A educação institucionalizada não ocorreu de qualquer forma, ela se constituiu na medida em que o município foi se desenvolvendo, pela forma a qual é pensada e executada, caracterizando então os diferentes tempos percebidos na cidade. Em todos os períodos esteve intrínseca a interesses políticos e sociais que predominavam a cada momento. Durante o processo de constituição do município a educação na região ocorre de diferentes formas, inicialmente com ênfase religiosa, ligada aos princípios da fé e voltada para o processo de aculturação dos nativos. Apresentou também função de formar indivíduos para exercer determinadas funções/ofícios necessárias à localidade e também como meio de afirmação e diferenciação de períodos políticos.

O estudo permitiu também relacionar diferentes fontes bibliográficas, documental e imagéticas que permitiram uma complementação na tessitura da história local. E com isso, foi possível identificar ainda a possibilidade de futuros estudos acerca da história da educação do município a partir do estudo das fontes iconográficas. Evidenciou ainda como as políticas voltadas à educação se concretizaram em um dos maiores municípios do Rio Grande do Norte, como esse percurso foi sendo construído e quem foram os indivíduos que tiveram acesso à educação.

59

Referências

ALVES, Gibson Machado. **Ceará-Mirim Memória Iconográfica**. Ceará-Mirim: Prefeitura Municipal de Ceará-Mirim, 2008.

ARAÚJO, Maria Marta de. **Origens e tentativas de organização da rede escolar do Rio Grande do Norte**. 1979. 230 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 1979.

CASCUDO, Luis da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Serv. de Documentação, 1984.

ESCOLA ESTADUAL BARÃO DE CEARÁ-MIRIM. Histórico sobre a E. E. Barão de Ceará-Mirim. Antenados no Barão. 2011. Disponível em: <<http://baraodecearamirim.blogspot.com.br/>>. Acesso em: Dezembro 2017.

MOREIRA, Ana Zélia Maria. **Um espaço pioneiro de modernidade educacional: Grupo Escolar “Augusto Severo”** – Natal/RN – 1908-13. 2005. 165 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, RN, 2005.

RIO GRANDE DO NORTE. Resolução nº 27, de 5 de novembro de 1836. Aprovando os Estatutos para aulas de primeiras letras da Província do Rio Grande do Norte. In: **Legislação Educacional da Província do Rio Grande do Norte** (1835-1839). Brasília: INEP/MEC/SBHE.

SENNA, Júlio Gomes de. **Ceará-Mirim: exemplo nacional** (1938-1972). Rio de Janeiro: Potengi, v. 1, 1974.

SENNA, Júlio Gomes de. **Ceará-Mirim: exemplo nacional** (1938-1972). Rio de Janeiro: Potengi, v. 2, 1974.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. As meninas iam à escola no século passado? (a província do Rio Grande do Norte – 1835/1889). In: STAMATTO (org.). **Recortes: momentos da educação norte-riograndense**. Natal: Editora da UFRN, 1996. p. 13-25.

STAMATTO, Maria Inês S. A fotografia em pesquisas históricas. In: ANDRADE, João Maria Valença; STAMATTO, Maria Ines S. (Orgs.) **História ensinada e a escrita da história**. Natal-RN: EDUFRN, 2009. p. 129-149.